promover o abate vigorará enquanto vigorar o Convênio ICMS-153/04, de 10 de dezembro de 2004;

15 - o inciso XV altera o § 3º do artigo 42 do Anexo II, para dispor que a redução da base de cálculo do ICMS na saída do alho promovida pelo estabelecimento em que tiver sido produzido vigorará enquanto vigorar o Convênio ICMS-153/04, de 10 de dezembro de 2004;

16 - o inciso XVI altera o § 2º do artigo 43 do Anexo II, para dispor que a redução da base de cálculo do ICMS na saída de produtos derivados da mandioca promovida pelo estabelecimento fabricante vigorará enquanto vigorar o Convênio ICMS-153/04, de 10 de dezembro de 2004;

17 - o inciso XVII altera o § 3º do artigo 14 do Anexo III, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2012, a concessão de crédito de importância equivalente à aplicação de 60% (sessenta por cento) do valor do imposto incidente na saída, por ocasião da saída interna de adesivo hidroxilado, cuja matéria-prima específica seja resultante da moagem ou trituração de garrafa PET.

O artigo 2º revoga dispositivos do Regulamento do ICMS, em decorrência da revogação da exigência de recolhimento, por guia especial, do imposto incidente nas operações interestaduais com couro, sebo e outros produtos, bem como com sucata e lingotes de metais não ferrosos.

Por fim, o artigo 3º dispõe sobre a vigência dos dispositivos comentados.

Com essas justificativas e propondo a edição de decreto conforme a minuta, aproveito o ensejo para reiterar-lhe meus protestos de estima e alta consideração.

Mauro Ricardo Machado Costa

Secretário da Fazenda

Excelentíssimo Senhor

Doutor JOSÉ SERRA

Digníssimo Governador do Estado de São Paulo

Palácio dos Bandeirantes

DECRETO Nº 52.380, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2007

Altera o Decreto nº 51.688, de 22 de março de 2007, que trata de regime especial de tributação pelo Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS para contribuintes que realizarem operações com leite esterilizado

JOSÉ SERRA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos artigos 38, § 6º e 112 da Lei 6.374, de 1º de março de 1989,

Decreta:

Artigo 1º - Passa a vigorar com a redação adiante indicada o artigo 2º do Decreto nº 51.688, de 22 de março de 2007:

“Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos para as operações realizadas de 1º de fevereiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007.” (NR).

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 19 de novembro de 2007

JOSÉ SERRA

Mauro Ricardo Machado Costa

Secretário da Fazenda

Maria Elizabeth Domingues Cechin

Secretária-Adjunta, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Economia e Planejamento

Carlos Americo Pacheco

Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Desenvolvimento

Humberto Rodrigues da Silva

Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 19 de novembro de 2007.

OFÍCIO GS-CAT Nº 510-2007

Senhor Governador,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa minuta de decreto que altera o Decreto nº 51.688, de 22 de março de 2007, que trata do regime especial de tributação, pelo Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, para contribuintes que realizarem operações com leite esterilizado.

A proposta visa prorrogar, até 31 de dezembro de 2007, a possibilidade de o contribuinte que realizar operações com leite esterilizado e que optar pelo regime especial de tributação do ICMS instituído pelo referido decreto, creditar-se do imposto devido nas aquisições interestaduais de matéria-prima do leite esterilizado (longa vida). Ao contribuinte optante é facultada a compensação de importância resultante da aplicação do percentual fixo de 6,7% (seis inteiros e sete décimos por cento) sobre suas saídas em substituição ao aproveitamento dos créditos do imposto relativos às aquisições de produtos agrícolas, energia elétrica, telecomunicação e óleo combustível utilizados no processo industrial.

A medida tem fundamento no artigo 112 da Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, e visa resguardar a competitividade da economia paulista diante de políticas tributárias implementadas por outros Estados. Não há comprometimento em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar federal 101, de 4 de maio de 2000), uma vez que se trata de mera prorrogação de medidas hoje em vigor e, em razão disso, já consideradas na base de projeção da receita constante na proposta orçamentária.

Com essas justificativas e propondo a edição de decreto conforme a minuta, aproveito o ensejo para reiterar-lhe meus protestos de estima e alta consideração

Mauro Ricardo Machado Costa

Secretário da Fazenda

Excelentíssimo Senhor

Doutor JOSE SERRA

Digníssimo Governador do Estado de São Paulo

Palácio dos Bandeirantes

DECRETO Nº 52.381, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2007

Institui regime especial de tributação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS para contribuintes que realizarem operações com leite longa vida e laticínios

JOSÉ SERRA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos artigos 38, § 6º e 112 da Lei 6.374, de 1º de março de 1989,

Decreta:

Artigo 1º - Fica reduzida em 100% (cem por cento) a base de cálculo do ICMS nas saídas internas de leite esterilizado (longa vida), classificado nos códigos 0401.10.10 e 0401.20.10 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH.

Parágrafo único - O benefício previsto neste artigo é opcional e sua adoção implicará a vedação ao aproveitamento de quaisquer créditos, ressalvado o disposto no artigo 2º.

Artigo 2º - O estabelecimento fabricante de leite e laticínios, classificados no Capítulo 4 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH, que adquirir leite cru diretamente de produtor paulista, poderá creditar-se de 1% (um por cento) do valor correspondente a essas aquisições.

Parágrafo único - O disposto neste artigo fica condicionado a que:

1 - a operação de saída seja tributada ou, não o sendo, haja expressa previsão de manutenção do crédito;

2 - as mercadorias sejam industrializadas neste Estado;

3 - nos termos de disciplina estabelecida pela Secretaria da Fazenda:

a) a emissão e a escrituração dos documentos fiscais sejam efetuadas por sistema eletrônico de processamento de dados;

b) haja a regular a apresentação das informações econômico-fiscais.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos para fatos geradores que ocorrerem a partir de 1º de janeiro de 2008.

Palácio dos Bandeirantes, 19 de novembro de 2007

JOSÉ SERRA

Mauro Ricardo Machado Costa

Secretário da Fazenda

Maria Elizabeth Domingues Cechin

Secretária-Adjunta, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Economia e Planejamento

Carlos Americo Pacheco

Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Desenvolvimento

Humberto Rodrigues da Silva

Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 19 de novembro de 2007.

OFÍCIO GS-CAT Nº 511-2007

Senhor Governador,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa minuta de decreto, que estabelece sistemática especial de tributação do ICMS ao leite longa vida e demais laticínios.

A proposta faculta ao fabricante de leite longa vida a redução de base de cálculo em 100% (cem por cento) nas saídas internas de leite esterilizado (longa vida), desde que, por opção do contribuinte, não haja o aproveitamento de quaisquer créditos do imposto. Autoriza, também, sob condições, o fabricante paulista de leite longa vida e laticínios de creditar-se de 1% (um por cento) sobre o valor das aquisições de leite cru produzido neste Estado.

A medida pretende incentivar a produção leiteira paulista, bem como simplificar as obrigações acessórias do fabricante, de modo a resguardar a competitividade da economia paulista diante de políticas tributárias implementadas por Estados vizinhos. Decorre do trabalho de revisão do sistema tributário estadual que está sendo efetuado pela Comissão composta pelas Secretarias da Fazenda, do Desenvolvimento e da Economia e Planejamento, conforme dispõe a Resolução Conjunta nº 1, de 24 de janeiro de 2007, desses Órgãos, cujo objetivo é avaliar a implantação de política de desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo.

Com essas justificativas e propondo a edição de decreto conforme a minuta, aproveito o ensejo para reiterar-lhe meus protestos de estima e alta consideração.

Mauro Ricardo Machado Costa

Secretário da Fazenda

Excelentíssimo Senhor

Doutor JOSE SERRA

Digníssimo Governador do Estado de São Paulo

Palácio dos Bandeirantes

Atos do Governador

DESPACHOS DO GOVERNADOR

DE 16-11-2007

No processo SC-1.197-2007, sobre convênio: “À vista dos elementos de instrução constantes dos autos, notadamente da representação do Secretário da Cultura e do parecer 986-2007, da AJG, autorizo a celebração de convênio entre o Estado, por intermédio da referida Pasta e a Sociedade Amigos da Cinemateca, objetivando a transferência de recursos financeiros para a realização do projeto América Latina: Diversidade e Semelhança, observadas as normas legais e regulamentares incidentes na espécie e as recomendações assinaladas no referido parecer.”

DE 19-11-2007

Nos correios eletrônicos SEP, de 12, 13 e 14-11-07, sobre aprovação de convênios: “À vista da manifestação da Secretaria de Economia e Planejamento e nos termos do art. 1º do Dec. 44.721-2000, aprovo a celebração dos convênios entre aquela Pasta, representando o Estado, e os municípios e a entidade relacionados, respectivamente, nos Anexos I e II, discriminados seus objetos e valores, observados o disposto nos arts. 2º e 3º do referido decreto e os demais preceitos legais e regulamentares atinentes à espécie.”

ANEXO I		
MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR (R\$)
Brodosqui	Infra-estrutura urbana	100.000,00
Votuporanga	Infra-estrutura urbana no Bairro dos Comercários	100.000,00
Redenção da Serra	Infra-estrutura urbana	100.000,00
Braúna	Infra-estrutura urbana	140.182,53
Juquiá	Infra-estrutura urbana nas Ruas 1 e 3 - Jardim Ana Cristina	149.911,20
Severínia	Infra-estrutura urbana nas ruas Joaquim Afonso, Profª Nair de Almeida e Aniceto Domingues	100.000,00
Santo Anastácio	Infra-estrutura urbana	40.000,00
Cândido Rodrigues	Aquisição de Máquinas de Costura Industrial	120.000,00
Registro	Infra-estrutura urbana	150.000,00
Bady Bassitt	Infra-estrutura urbana	100.000,00
Macatuba	Infra-estrutura urbana	40.000,00
Orlândia	Infra-estrutura urbana	100.000,00
Espirito Santo do Turvo	Infra-estrutura urbana	20.000,00
Indiana	Infra-estrutura urbana	50.000,00
Dois Córregos	Infra-estrutura urbana	100.000,00
Ribeira	Infra-estrutura no Bairro Antunes	90.000,00
Itaporanga	Infra-estrutura urbana	30.000,00
Conchal	Infra-estrutura urbana	30.000,00
Assis	Infra-estrutura urbana	300.000,00
Borebi	Infra-estrutura urbana	80.000,00
Cruzália	Recapeamento asfáltico nas ruas do Conj. Hab. Cruzália A-1 (118 casas)	80.000,00
Mesópolis	Iluminação pública na Av. Andreino Gonçalves Ribeiro	39.250,00
Monte Aprazível	Infra-estrutura urbana	150.000,00
Roseira	Pavimentação asfáltica no Residencial Jardim Primavera	150.000,00
Santa Adélia	Construção e cortina de concreto armado no Córrego do Matadouro - Estrada SAD 010	149.994,41
Várzea Paulista	Infra-estrutura urbana	79.824,17
Motuca	Infra-estrutura urbana	70.000,00
Paulo de Faria	Infra-estrutura urbana	100.000,00
Nova Castilho	Aquisição de Caminhão	70.000,00
Arealva	Infra-estrutura urbana no Bairro José Ricardo da Silva	120.000,00
Parisi	Infra-estrutura urbana	60.000,00
Teodoro Sampaio	Infra-estrutura urbana	149.858,15
Meridiano	Reforma da Praça São José	100.000,00
Registro	Pavimentação no Jardim Ipanema	222.000,00
Batatais	2ª etapa da construção da Estação de Tratamento de Esgoto	1.354.982,80
Presidente Epitácio	Infra-estrutura urbana na Vila Boa Vista e Jardim Campo Grande	1.003.613,00
Praia Grande	Infra-estrutura urbana no Bairro do Trevo	6.862.165,20

ANEXO II		
ENTIDADE	OBJETO	VALOR (R\$)
Associação Comunitária de Desenvolvimento Social - Acodes (Município de Magda)	Reforma e ampliação do prédio da entidade	80.000,00

Economia e Planejamento

GABINETE DO SECRETÁRIO

DEPARTAMENTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS ESTÂNCIAS

Ata da 112ª Reunião Extraordinária do Conselho de Orientação e Controle do Fundo de Melhoria das Estâncias, para a aprovação do Plano DADE 2008 e outras providências

Ao décimo quarto dia do mês de novembro do ano de dois mil e sete, às quatorze horas, na sala número 218 do segundo andar da Casa Civil no Palácio dos Bandeirantes sito na Avenida Morumbi nº 4500 - São Paulo estando presentes os senhores Conselheiros: Danilo José de Toledo, Prefeito da Estância de São Luiz do Paraitinga; José Augusto Guarnieri Pereira, Prefeito da Estância de Santo Antonio do Pinhal, José Luiz Rodrigues, Prefeito da Estância de Aparecida, indicados por entidades representativas das Estâncias Paulistas, Rubens Emil Cury, representante de livre-escolha do Governador, Antonio Vaz Serralha, representante indicado pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda; Luiz Antonio Carvalho Pacheco representante indicado pela Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, todos nomeados por Ato do Governador do Estado, para como membros, comporem o Conselho de Orientação e Controle – COC, do Fundo de Melhoria das Estâncias, a um período de gestão de dois anos. Foi convidada a acompanhar a reunião a Senhora Ivani Vicentini, Respondendo pelo Expediente do DADE - Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias. Foi iniciada a 112ª reunião do Conselho, com a apresentação e discussão de uma proposta de inclusão da Informação Técnica DADE, na documentação a ser exigida das Prefeituras Estâncias para a avaliação dos objetos para o Plano DADE 2008. Em seguida foi apresentado proposta no sentido de informar sobre a impossibilidade de mudança de objeto em convênios já assinados. Os Itens acima citados foram deliberados favoravelmente pelo Conselho. Em seqüência foram apresentados os valores por município que compoão o Plano DADE 2008. Tratou-se também da análise da solicitação de alteração de objeto do Plano DADE 2007, relação em anexo, do município Estância de São Roque. Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente Ata, que lida e considerada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes.

DANILO JOSÉ DE TOLEDO – Presidente

RUBENS EMIL CURY – Vice Presidente

ANTONIO VAZ SERRALHA – Conselheiro

LUIZ ANTONIO CARVALHO PACHECO – Conselheiro

JOSÉ LUIZ RODRIGUES – Conselheiro

JOSÉ AUGUSTO GUARNIERI PEREIRA – Conselheiro

Comunicado

PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO(P.A.T.) PARA 2007/PUBLICADO EM 07/06/2007

ESTÂNCIA	VALOR	OBRAS	VALOR/OBRA	OBRAS	VALOR/OBRA
SÃO ROQUE	1.697.765,00	Requalificação da Área Central da Estância Turística de São Roque	1.697.765,00	Pavimentação asfáltica e drenagem da Estrada do Saboo	1.697.765,00
				TOTAL	1.697.765,00

UNIDADE DE ARTICULAÇÃO COM MUNICÍPIOS

Extratos de Convênio
Processo: 0898/2007 - Convênio: 135/2007
Parecer Jurídico: 749/2007
Participes: Secretaria De Economia E Planejamento/Unidade De Articulação Com Municípios E O Município De Santa Adélia.
Objeto: Constitui objeto do presente Convênio a transferência de recursos financeiros para a execução de obras de reforma e reurbanização da Praça Adhemar de Barros, com a construção de sanitário público, com área construída de 26,02m², localizada entre as Ruas dos Expedicionários e Rua Nelson Figlióli e Praça Anuor Nahes, com a reforma de sanitários público, com área construída de 32,16m², localizada entre a Rua Tiradentes, Avenida XV de Novembro, Rua Campos Salles e Avenida Dr. Luiz Dumonte, conforme projeto às fls. 23/38.
Valor: O valor do presente Convênio é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), responsabilidade do Estado.
Recursos: Os recursos necessários à execução do presente Convênio são originários do Tesouro do Estado e irão onerar a Natureza da Despesa 4.4.40.51.01 - Transferência a Municípios - Obras, Código 29.01.12 - Unidade de Articulação com Municípios, Programa de Trabalho Resumido 04.127.2902.4477 - Articulação Municipal e Consórcio de Municípios, da dotação orçamentária do corrente exercício da SEP/UAM.
Prazo: O prazo para a execução do presente Convênio será de até 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura.
Assinatura: 19-11-2007